

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 16/2012

Período: 19/05/2012 – 25/05/2012

GEDES – Brasil¹

- 1- Opiniões sobre a Comissão da Verdade
- 2- Comissão aprova criação do crime de desaparecimento forçado
- 3- Militar se manifesta em coluna opinativa sobre as Forças Armadas
- 4- Governo ignora comissão paralela criada pelos militares
- 5- Universidade de São Paulo cogita criar uma comissão da verdade própria
- 6- Lei de Acesso à Informação e a abertura de arquivos do período militar
- 7- As investigações sobre o regime militar e as organizações sociais
- 8- Novas tentativas de incriminar o ex-coronel Carlos Alberto Ustra
- 9- Comissão de Anistia do Ministério da Justiça nega pedidos de cabo Anselmo
- 10- Pesquisadora é criticada por divulgação de lista de indivíduos condecorados com a Medalha do Pacificador
- 11- Resultados da Operação Ágata 4
- 12- Exército coordenará segurança na Rio+20
- 13- Companhias fazem grandes investimentos no Brasil para ganhar a concorrência no projeto FX-2

1- Opiniões sobre a Comissão da Verdade

Segundo publicado em coluna opinativa pelo periódico *Folha de S. Paulo*, no dia 20/05/12, o assessor de movimentos sociais, Frei Carlos Alberto Libânio Christo, apontou que a Comissão da Verdade poderia vir a se tornar uma “Comissão da Vaidade” caso seus integrantes venham a atuar por meio de “vaidades pessoais”. O Frei criticou especialmente o ministro do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), Gilson Dipp, afirmando que este não se enquadraria nos critérios de imparcialidade dos integrantes, uma vez que Dipp se posicionou contra familiares de guerrilheiros mortos na Guerrilha do Araguaia (1972-1975), atuando como perito na defesa do Brasil durante audiência pública da Corte Interamericana de Direitos Humanos em 2010. Já no periódico *O Estado de S. Paulo*, o professor aposentado da Universidade de São Paulo (USP) e ex-ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, salientou que a Comissão da Verdade não representaria o “marco zero” da transição brasileira a caminho da justiça, exemplificando a criação, em governos anteriores, da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos e Comissão da Anistia. Além disso, discorreu sobre o papel da Comissão da Verdade e a sua diferença com o termo anistia, explicando que sua visão e seu dever é obter uma verdade factual, objetiva e imparcial, enquanto anistia significa “um esquecimento, juridicamente comandado, de atos cometidos de natureza penal”, lembrando ainda a validação da Lei da Anistia (1979) efetuada pelo Supremo Tribunal Federal, em 2010. Destacou também que a Comissão realçaria o “princípio de transparência do poder, que é constitutivo de um regime democrático”, institucionalizando a “vontade de memória coletiva cidadã

¹ A equipe do Informe Brasil faz uma retificação referente ao Informe n. 15, página 09, linha 12, onde afirmamos que “A Banalidade do Mal” trata-se de um livro, quando na verdade esse é um conceito de Hannah Arendt descrito na obra Eichmann em Jerusalém.

dos males” da violação dos direitos humanos, porém disse que essa “memória não é História, pois escolhe, seleciona e é vivida no presente, com a preocupação do futuro”. Em entrevista, também ao *Estado*, no dia 20/05/12, o médico psiquiatra e ex-associado ao grupo de oposição ao regime militar (1964-1985), Ação Libertadora Nacional (ALN), Reinaldo Morano Filho, vítima de torturas e testemunha de crimes, comentou a instauração da Comissão da Verdade. Para o psiquiatra, a importância dos trabalhos seria a de suscitar debates e a correlação de forças entre atos cometidos por agentes do Estado ou guerrilheiros que poderá definir eventuais punições, ressaltando que a busca pela verdade deve ser separada do ressentimento. Destacou ainda que os militares cometeram não apenas torturas, mas outras violações, tais como furtos e forja de documentos. Afirmou que a prática da tortura, assassinato e desaparecimento era uma “política de Estado”, não apenas atos cometidos por poucos agentes, lembrando suas experiências e traumas psicológicos em decorrência do tratamento a que foi submetido durante sua prisão. Como psicanalista, afirmou que os militares “sentiam-se prazerosos” com os atos cometidos e que surgirão muitos relatos a partir dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão. Disse acreditar que as consequências atuais disto serão a conscientização de que crimes como a tortura, ocorridos muitas vezes em delegacias do país, devem ser denunciados e punidos. Em coluna opinativa no jornal *O Estado*, o cientista político Renato Lessa apontou que a Comissão tem a oportunidade, além de sua finalidade em si, de desfazer a assimetria instituída pelos termos da anistia, que ocultou os nomes dos perpetradores de crimes políticos. Lessa apontou que os militares foram anistiados de forma “generalizada, inespecífica e despersonalizada”, recebendo perdão pelos “crimes conexos” sem terem suas identificações reveladas, enquanto os presos políticos tiveram seus nomes e atos tornados públicos. Além disso, afirmou que a maior contribuição da Comissão da Verdade pode vir a ser a elucidação do significado de regime de exceção, e defendeu que os presidentes do regime militar sejam chamados de “ditadores”. De acordo com o jornalista Carlos Heitor Cony, pela *Folha de S. Paulo*, no dia 22/05/12, a importância da Comissão da Verdade se encontra principalmente na apuração dos crimes que ocorreram no regime militar. Ressaltou que a presidente da República, Dilma Rousseff realizou a escolha de “pessoas idôneas e bem-intencionadas” para analisar os arquivos militares fazendo-se necessário que todos conheçam detalhes sobre “a longa noite de chumbo” que ocorreu e que não mais se deseja. Por sua vez, em sua coluna opinativa da *Folha*, o filósofo Vladimir Safatle referiu-se a frase de Gilson Dipp de que “toda violação dos direitos humanos será investigada”, que pressupõe que tanto o Estado quanto os membros da luta armada foram responsáveis por violações dos direitos humanos. Dessa forma, Safatle afirmou que Dipp torna-se autor de uma grande violação dos direitos humanos, visto que a luta armada não realizou nenhum abuso, pois “ações violentas contra membros do aparato repressivo de um Estado ditatorial e ilegal não são violações dos direitos humanos”. A utilização do argumento de que esses grupos que desejavam a implantação de regimes comunistas não modifica o fato de que “toda ação contra um Estado ilegal é uma ação legal”. Além disso, disse que alguns membros da Comissão “esquecem” que os integrantes de lutas armadas julgados por crimes não foram anistiados, receberam apenas uma diminuição em suas penas; assim, os únicos anistiados teriam sido os militares, devido a uma lei criada por eles

mesmos. Em matéria do jornal *O Estado*, no dia 22/05/12, o jornalista Roldão Arruda destacou que o atual debate sobre o período do regime militar reflete alguns pontos principais: a instauração da Comissão da Verdade; os julgamentos do caso do coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra (que entrou com recurso contra a sentença de outubro de 2008 na qual foi reconhecido, em primeira instância, como torturador de presos políticos) e do ex-cabo José Anselmo dos Santos, conhecido como Cabo Anselmo (que solicita anistia política, reparação financeira e reintegração à Marinha como suboficial); os protestos em diferentes partes do país destinados a expor publicamente agentes de Estado acusados pela participação em casos de torturas, sequestros e desaparecimentos forçados; as críticas dos militares da reserva em relação à Comissão e a presidente Rousseff e, finalmente, o alcance dos trabalhos da Comissão, e se devem ou não analisar atos cometidos somente pelos militares ou também pelos opositores do regime. Acima dessa situação de debate interno, existe, em sua visão, ainda a questão das leis internacionais aceitas pelo Brasil, segundo as quais os chamados crimes de lesa-humanidade, tais como o desaparecimento forçado, são imprescritíveis e não podem ser abrangidos pela Lei da Anistia. Em entrevista dada ao jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 25/05/12, Graciela Mejjide, mãe de uma vítima da ditadura argentina, elogiou o Brasil pela criação da Comissão da Verdade. Segundo Mejjide, a criação da Comissão anos após do fim do regime militar traz aspectos positivos, como a dedicação exclusiva na busca pela verdade histórica. (Folha de S. Paulo – Opinião – 20/05/12; Folha de S. Paulo – Opinião – 22/05/12; Folha de S. Paulo - Poder – 25/05/12; O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 20/05/12; O Estado de S. Paulo – Aliás – 20/05/12; O Estado de S. Paulo – Nacional – 22/05/12)

2- Comissão aprova criação do crime de desaparecimento forçado de pessoas
De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, a comissão sobre a reforma do Código Penal no Senado aprovou no dia 21/05/12 a criação do “crime de desaparecimento forçado de pessoas”. Segundo o documento, que ainda deverá ser aprovado pelo Congresso Nacional, poderá ser preso por dois a seis anos aquele que privar uma pessoa de liberdade, como também negar notícias sobre o seu paradeiro ou de seu corpo, “ainda que legalmente e em nome ou com autorização do Estado ou de grupo armado”. Segundo o jornal o texto vem ao encontro das suspeitas contra militares do período do regime militar, pois a investigação dos desaparecimentos forçados deverá ser uma das primeiras tarefas da Comissão da Verdade. Para Tiago Modesto Rabelo, um dos procuradores da República que processam o coronel Sebastião Curió por crimes cometidos na Guerrilha do Araguaia (1972-1975), o estabelecimento desse crime deverá fornecer maior facilidade para a argumentação nas ações judiciais contra militares, já que o crime de desaparecimento forçado é algo mais específico em relação a sequestros, instrumento ainda utilizado em acusações. (Folha de S. Paulo – Poder – 22/05/12)

3- Militar se manifesta em coluna opinativa sobre as Forças Armadas

Em coluna opinativa do jornal *O Estado de S. Paulo*, o advogado da Associação Democrática Nacionalista dos Militares (ADNAM) e Capitão de Mar e Guerra reformado, Luiz Carlos Moreira, defendeu que os militares “não

podem apoiar-se, tão somente, nas convicções políticas dos seus chefes, porque senão a democracia, que duramente conquistamos, será solapada e tal conduta há de se constituir, sempre, numa ameaça às instituições”. Moreira afirmou ainda que as Forças Armadas são constituídas por brasileiros de todas as origens sociais em seus diferentes escalões e que, para preservarem seus cargos, muitas vezes são levados a aderirem a pensamentos de seus chefes, o que teria ocorrido com o tema da implantação do regime militar. Segundo o advogado, “professar credos políticos divergentes é um direito constitucional”, tendo de serem respeitadas as diferenças para que nenhuma se sobreponha às demais, referindo-se às críticas militares em relação à criação da Comissão da Verdade. (O Estado de S. Paulo – Aliás – 20/05/12)

4- Governo ignora comissão paralela criada pelos militares

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o Clube Naval formou uma comissão para trabalhar paralelamente à Comissão da Verdade do governo federal, a fim de expressar a sua versão dos fatos a cada parecer do colegiado. O presidente do Clube, almirante Ricardo da Veiga Cabral, afirmou que decidiram “formar um grupo para acompanhar os trabalhos da comissão e as discrepâncias em relação à nossa verdade”. De acordo com o jornal, essa comissão foi composta por sete militares reformados da Marinha diplomados em Direito. A instauração da comissão teve também o aval dos clubes do Exército e da Aeronáutica. Apesar disso, de acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, os líderes do Executivo federal optaram por ignorar as recentes manifestações de militares da reserva, incluindo a criação desta comissão paralela. Segundo o *Estado*, a presidente da República, Dilma Rousseff, explicou que os trabalhos oficiais caberiam apenas à Comissão da Verdade, não havendo espaço para especulações. (Folha de S. Paulo – Poder – 19/05/12; O Estado de S. Paulo – Nacional – 19/05/12)

5- Universidade de São Paulo cogita criar uma comissão da verdade própria

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, um grupo de cerca de 200 pessoas requisitaram, no dia 24/05/12 a criação de uma Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo (USP). A comissão seria formada por membros eleitos e teria a função de relatar sobre professores, alunos e funcionários que foram perseguidos ou colaboraram com o regime militar (1964-1985). Além disso, o grupo poderia receber testemunhos, convocar pessoas e requisitar documentos da universidade. Segundo o professor Fábio Konder Comparato, “é preciso abrir a caixa de surpresas da USP durante o regime empresarial-militar”. Já a professora Deisy Ventura disse que a ideia pode servir de exemplo a outras instituições e à reitoria “toda movimentação na busca da verdade é válida”. (Folha de S. Paulo - Poder – 25/05/12)

6- Lei de Acesso à Informação e a abertura de arquivos do período militar

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, nos três primeiros dias de vigência da Lei de Acesso à Informação, que passou a vigorar em 16/05/12, a área militar do Poder Executivo recebeu 119 pedidos de informação. A lei prevê que qualquer cidadão brasileiro pode requisitar informação aos Poderes Executivo,

Legislativo, Judiciário ou ao Ministério Público, sob pena de punição do funcionário que se recusar a providenciar os documentos requisitados. A maior procura dos documentos em poder do Ministério da Defesa e das Forças Armadas se refere a aqueles produzidos durante o regime militar (1964-1985), tais como relatórios sobre a morte do jornalista Vladimir Herzog (1975) ou o atentado à bomba no Riocentro, ocorrido em 1981. O jornal informou que o Ministério da Justiça também recebeu uma série de pedidos de informação quanto às indenizações previstas pela Lei da Anistia. Embora a área militar, com 12% dos acessos, figure entre as que mais receberam requisições, ao lado do Ministério da Justiça, ela não apareceu no ranking publicado pela Corregedoria Geral da União (CGU). Tendo em vista a referida Lei e a abertura dos arquivos oficiais do Estado sobre o período militar, o jornal *O Estado de S. Paulo* inaugurou, na noite do dia 23/05/12, o portal na internet *Estadão Acervo*, no qual disponibilizou ao público notícias referentes aos 137 anos de sua história. O acervo registrou altos índices de acesso pelos internautas, sendo que dentre as páginas mais procuradas estão as que contém informações censuradas durante o regime militar (1964 – 1985), o que, segundo o jornal, demonstra “que esse tema é caro a sociedade”. Em 137 anos de existência, cinco deles (1940-1945) o jornal permaneceu sob confisco da ditadura do ex-presidente da República, Getúlio Vargas (1937-1945), e, entre 1972 a 1975, o jornal ficou sob censura do regime militar. No site, o público pode acessar as coberturas realizadas pelo jornal desde a sua fundação, entretanto, o material produzido durante os período militar encontra-se separado das demais reportagens. O evento foi marcado pela presença de políticos, empresários, artistas e diversas personalidades; dentre as autoridades presentes estava a ministra-chefe da Secretaria de Comunicação Social, Helena Chagas, representado a presidente da República Dilma Rousseff. O diretor-presidente do Grupo Estado, Silvio Genesini, afirmou “decidimos que a digitalização do acervo era um projeto alinhado com as estratégias e o futuro digital do grupo e, principalmente, que atenderia a um anseio de pesquisadores, historiadores, membros da comunidade acadêmica e da sociedade”. (Folha de S. Paulo – Poder – 21/05/12; O Estado de S. Paulo – Vida & - 25/05/12)

7- As investigações sobre o regime militar e as organizações sociais

O papel das organizações não governamentais na investigação sobre os episódios ocorridos no período militar brasileiro (1964-1985) tem sido reconhecidos no governo da presidente da República Dilma Rousseff. De acordo com os jornais *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, Rousseff receberá o montante de R\$20 mil do estado do Rio de Janeiro (RJ) referente à indenização por tortura no regime militar anunciou que doará a quantia ao grupo Tortura Nunca Mais, que foi fundado em 1985 por familiares de mortos e ex-presos políticos do período e desde então busca informação sobre desaparecidos do regime militar. Outras vítimas receberão além da indenização, um pedido oficial de desculpas do estado no dia 04/06/12. Já na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, o governo municipal e a Organização não Governamental Movimento Justiça e Direitos Humanos, participando do projeto Marcas da Memória, firmaram convênio visando indicar locais onde ocorreram torturas e detenções durante o período do regime militar. De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o projeto visa estimular o

conhecimento histórico do período. O Palácio da Polícia Civil, local onde funcionou o Departamento de Ordem Política e Social (Dops), um presídio desativado e uma praça onde foi sediada uma unidade militar deverão receber placas que indicam que houve tortura durante o regime. Ainda existe a intenção de sinalizar dois quartéis do Exército que estão ativos. (Correio Braziliense – Política – 19/05/12; Folha de S. Paulo – Poder – 23/05/12; O Estado de S. Paulo – Nacional – 19/05/12; O Estado de S. Paulo – Nacional – 23/05/12)

8- Novas tentativas de incriminar o ex-coronel Carlos Alberto Ustra

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o Tribunal de Justiça de São Paulo adiou o julgamento de recurso contra decisão de primeira instância que responsabilizou o coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra por torturas durante o regime militar (1964-1985), sem data prevista de retomada do caso. A ação foi movida pela família Teles, que permaneceu presa por um período de onze meses no Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do 2.º Exército, em 1973, período em que Ustra comandava a unidade. O adiamento foi realizado pelo desembargador Rui Cascaldi, que requisitou mais tempo para a análise dos autos do processo, após ouvir o advogado da família. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, no dia 21/05/12, através da internet, ex-presos políticos e familiares de mortos e desaparecidos promoveram um ato público no local do julgamento. *O Estado* acrescentou que, caso ocorra a confirmação da primeira decisão, Ustra ficará ainda mais exposto às ações que o Ministério Público Federal tem realizado sobre o processo de militares e policiais acusados de crimes de tortura, sequestro e ocultação de cadáveres. Segundo a *Folha*, Ustra e seu advogado, Paulo Esteves, não compareceram ao tribunal. Os jornais evidenciaram que a defesa nega a participação do ex-coronel em torturas, e que recorrerão à Lei da Anistia (1979), insistindo na tese da prescrição dos crimes, como também na ausência de aparato legal para a acusação. No dia 24/05/12, a *Folha* publicou que o pedido para abrir ação penal contra Ustra pelo desaparecimento do bancário e líder sindical Aluísio Palhano, em 1971, foi negado pelo juiz Márcio Rached Millani, da 10ª Vara Criminal de São Paulo. Segundo *O Estado*, Millani afirmou que tal ação violaria a Lei da Anistia, o que impede sua ação perante tal caso, pois “outra interpretação da Lei de Anistia só poderá ser realizada pelo Supremo Tribunal Federal, ao passo que a revogação da lei é de responsabilidade do Congresso Nacional”. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 22/05/12; Folha de S. Paulo – Poder – 23/05/12; O Estado de S. Paulo – Nacional – 23/05/12; Folha de S. Paulo – Poder – 24/05/12; O Estado de S. Paulo – Nacional – 24/05/12)

9- Comissão de Anistia do Ministério da Justiça nega pedidos de cabo Anselmo

Conforme noticiado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, Nasaindy Barrett de Araújo, filha dos ex-guerrilheiros da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) Soledad Barrat Viedma e José Maria Ferreira de Araújo, afirmou acreditar que o trabalho da Comissão da Verdade poderá trazer respostas às memórias de sua família. Os pais, que residiam em Cuba quando ela nasceu, voltaram ao Brasil em 1970 para “fazer revolução” e Araújo – militar brasileiro que fora expulso da Marinha desde 1964 e enviado para Cuba para aprender técnicas de guerrilha

– fora preso, vítima de torturas e morreu, ainda em 1970. Posteriormente, Soledad Viedma tornou-se companheira de José Anselmo dos Santos, conhecido como cabo Anselmo, acusado de ser agente duplo durante o regime militar e de ter delatado a mulher aos militares, ocasionando sua morte juntamente com outros cinco guerrilheiros. Em relação à atuação de cabo Anselmo, os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo*, e *Estado de S. Paulo*, destacaram que a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça rejeitou o pedido do ex-militar de anistia política e reparação financeira (pelo tempo em que teria atuado na resistência ao governo militar junto com os guerrilheiros da esquerda) e, segundo a *Folha*, reintegração à Marinha como suboficial. Cabo Anselmo foi perseguido pelo governo militar (1964-1985) como militante da esquerda e, logo após ter sido preso, se tornou aliado do governo, atuando como agente infiltrado nos grupos de oposição ao regime e, segundo o *Correio*, também fora participante do Departamento de Ordem Política e Social (Dops). As suas atitudes contribuíram para a morte de diversos militantes, incluindo, como salientado pela *Folha* e *O Estado*, sua companheira, Soledad Viedma. A *Folha* noticiou que teve acesso a documentos do Serviço de Inteligência da Aeronáutica e a depoimentos que comprovam a participação de cabo Anselmo como agente duplo antes de 1964, o que corrobora a versão de grupos de esquerda de que ele atuou como agente duplo desde o princípio do regime autoritário. A Comissão negou, por unanimidade, os pedidos de cabo Anselmo, alegando que, apesar de ter sofrido ao ser opositor do regime, foi um dos repressores também. O *Correio* afirmou que a Comissão da Verdade terá sessões de consulta com a Comissão de Anistia, visando o cruzamento de informações e documentos anexados a processos que estão sendo ou foram analisados. (Folha de S. Paulo – Poder – 20/05/12; Folha de S. Paulo – Poder – 21/05/12; O Estado de S. Paulo – Nacional – 22/05/12; Folha de S. Paulo – Poder – 23/05/12; O Estado de S. Paulo – Nacional – 23/05/12; Correio Braziliense – Política – 23/05/12)

10- Pesquisadora é criticada por divulgação de lista de indivíduos condecorados com a Medalha do Pacificador

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, a pesquisadora Maria Celina D'Araujo, lembrada por ter realizado a coleta de depoimentos de considerável importância sobre o regime militar (1964-1985), foi criticada por publicar, na rede social Facebook, após acessar arquivos do Exército, uma lista contendo o nome das pessoas condecoradas com a Medalha do Pacificador, concedida pela Força aos militares que se destacam e a outras pessoas que o Comando do Exército acredita terem prestado serviços importantes ao Brasil. Celina D'Araujo publicou a informação em resposta ao jornalista Elio Gaspari, o qual mencionara que uma lista de nomes seria de grande utilidade para a Comissão da Verdade que averigua os militares que se envolveram na Guerrilha do Araguaia (1972-1975), pois estes possivelmente teriam sido agraciados com a medalha. O problema se deu pelo fato de que a lista divulgada excede o período mencionado por Gaspari e suscitou polêmicas entre militares. A pesquisadora foi criticada por filhos dos condecorados, mas justificou que “só tornou público o resultado da pesquisa devido à solicitação de jornalistas e pesquisadores, sem fazer julgamento dos condecorados”. (Correio Braziliense – Política – 23/05/12)

11- Resultados da Operação Ágata 4

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, a Operação Ágata 4, que visa combater o garimpo ilegal, o tráfico de drogas e o desmatamento na região fronteira da Amazônia e iniciada no dia 02/05/12, apreendeu, até o dia 19/05/12, 235 embarcações e 33 quilos de cocaína em pasta. Além disso, a operação conjunta das Forças Armadas interditou cinco garimpos e destruiu duas pistas de pouso irregulares. (Correio Braziliense – Política – 19/05/12)

12- Exército coordenará segurança na Rio+20

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, cerca de 18 mil homens que incluem as Forças Armadas, agentes das Polícias Federal, Rodoviária Federal, Civil e Militar do estado do Rio de Janeiro, além do Corpo de Bombeiros e da Guarda Municipal da capital, serão empregados para realizar a segurança na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que ocorrerá no mês de julho na cidade do Rio de Janeiro. A coordenação da segurança ficará sob responsabilidade do Exército. (O Estado de S. Paulo – Vida – 22/05/12)

13- Companhias fazem grandes investimentos no Brasil para ganhar a concorrência no projeto FX-2

O periódico *Correio Braziliense* noticiou que as empresas envolvidas na licitação para o projeto FX-2, que visa o reequipamento da Força Aérea Brasileira (FAB), tem realizado altos investimentos na divulgação de seus produtos na tentativa de fechar negócio com o Brasil. Parte do projeto prevê a compra de 36 caças de combate, dentre outros equipamentos, e tem um custo estimado em aproximadamente US\$10 bilhões, tendo como finalistas a empresa estadunidense Boeing, a francesa Dassault e a sueca Saab. Esta última, que concorre com o caça Gripen NG, inaugurou na cidade de São Bernardo do Campo, estado de São Paulo, o Centro de Pesquisa e Inovação Sueco-Brasileiro e, em visita ao Brasil, o presidente da companhia Håkan Buskhe garantiu que enviaria os códigos fontes dos aviões, e que “o Brasil seria responsável por 40% do desenvolvimento das aeronaves e 80% da fabricação das estruturas”. A francesa Dassault, fabricante do caça Rafale F3, promete transferência irrestrita de tecnologia e já iniciou cooperação com instituições de ensino brasileiras, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), para trabalhar com pesquisas na área aeroespacial. A Boeing, fabricante do caça SuperHornet F-18, firmou parcerias para investir na pesquisa e no treinamento de profissionais brasileiros, abrindo escritório na cidade de São Paulo e firmando acordos de cooperação com a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) e a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Segundo o periódico, a proposta estadunidense careceria de confiabilidade por conta do cancelamento da compra pela Boeing de aeronaves da brasileira Embraer no valor de US\$356 milhões, no início de 2012, e por ser a que menos oferece transferência de tecnologia, embora o principal secretário assistente do Departamento de

Estado dos Estados Unidos, Thomas Kelly, tenha afirmado que “o Brasil está no nível de transferência de tecnologia mais alto que podemos oferecer. Mas não fornecemos os códigos fontes a qualquer país do mundo”. Dennis Muilenburg, presidente da área de defesa, espaço e segurança da Boeing afirmou que, embora a companhia tenha projetos mais amplos e procure um longo relacionamento com o Brasil, uma eventual perda da concorrência para o projeto FX-2 poderia prejudicar a parceria da Boeing com o país. O periódico destaca que a competição não se trata somente da compra dos aviões, mas as companhias enxergam como a possibilidade de participar do que pode ser o maior crescimento desse setor de mercado nas últimas três décadas e ainda analisam o crescimento brasileiro como um investimento muito promissor em frente a atual crise econômica mundial. A presidente da república, Dilma Rousseff, deve anunciar dentro de um mês a empresa vencedora para a fabricação dos caças, que vem se arrastando desde o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Rousseff afirmou que um dos pontos críticos para a escolha será a transferência de tecnologia. (Correio Braziliense – Economia – 21/05/12)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Ana Paula Silva (Supervisora, mestre em História); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ricardo Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais); Sofia Andrade (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Tamires Souza (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).